



## CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 03.682.014/0001-20

SGAN Quadra 601, Bloco H, Térreo, Salas 12T, 13T e 15T,  
Edifício ION Escritórios Eficientes, Asa Norte Brasília - DF - CEP: 70.830-010

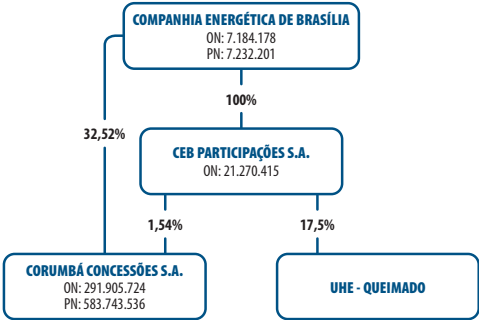
## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

## 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhor Acionista, a CEB Participações S.A. - CEBPar apresenta o Relatório da Administração, em conjunto com suas Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Neste ano a Empresa realizou suas atividades no Plano de Negócios aprovado pela Administração, alinhado com o planejamento estratégico de sua Controladora Integral Companhia Energética de Brasília - CEB, que reafirmou o foco na gestão patrimonial das despesas e custos operacionais, priorizando o cumprimento dos compromissos assumidos junto aos clientes e fornecedores.

## 2. PERFIL DA CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

A CEB Participações S.A. - CEBPar, foi criada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997, constituída como sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB. A Empresa possui patrimônio próprio e autonomia administrativo-financeira com sede e foro na cidade de Brasília-DF, nos termos da legislação em vigor. O seu objeto social é comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira dos negócios, sendo vedada a participação em entidades sem fins lucrativos. A CEB Participações poderá ainda participar, diretamente ou por meio de consórcio, da exploração do empreendimento de geração da Usina Hidrelétrica de Queimado, operando-o e administrando-o, bem como comercializando a sua cota-parte da energia elétrica produzida, nos limites constantes do respectivo contrato de concessão. A Companhia poderá participar em outras sociedades, seja como sócia, acionista ou quotista, bem como em negócios e empreendimentos que visem estudar, planejar, produzir, projetar, comercializar produtos e, também, construir, executar e operar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia, inclusive energia oriunda de fontes renováveis em suas diversas formas, sem se limitar às seguintes modalidades: eletropneumática, solar, eólica, biomassa e hidráulica. Iniciou sua atividade operacional em 13 de janeiro de 2006 por meio do processo de segregação das atividades de distribuição e geração de energia elétrica na Companhia Energética de Brasília - CEB, aprovada pela Resolução Autorizatória nº 318, de 16 de setembro de 2005, da ANEEL. Atualmente, detém 17,5% do Consórcio Cemig-CEB, responsável pela administração e operação da UHE Queimado, com potência instalada de 105 MW, e comercializa a sua cota-parte de energia elétrica produzida na Usina localizada no Rio Preto, entre os municípios de Unaí/MG e Cristalina/GO. A energia gerada nesta unidade é comercializada para várias regiões do território nacional. Possui, ainda, participação acionária de 1,54% na Companhia Corumbá Concessões S.A., cujo empreendimento denomina-se UHE Corumbá IV. A Usina foi inaugurada em 4 de abril de 2006 e possui capacidade instalada de 129,6 MW médios, e fornece energia para cerca de 250 mil habitantes do Distrito Federal (DF). O empreendimento está localizado no rio Corumbá, próximo ao município de Luziânia (GO). A figura a seguir mostra a posição da Empresa no contexto de sua controladora Companhia Energética de Brasília - CEB:



## 3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CEB Participações S.A. é estruturada da seguinte forma: A Assembleia Geral, exercida pela CEB, na qualidade de acionista único da CEB Participações, é o órgão superior de deliberação, tem poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto da companhia e adotar as resoluções que julgar conveniente a sua defesa e ao seu desenvolvimento. A Diretoria é o órgão executivo da administração, composta por um Diretor-Geral, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos no máximo por 3 (três) reconduções consecutivas. A Diretoria reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Geral, deliberando com a presença de, pelo menos, 2 (dois) de seus membros, sendo 1 (um), necessariamente, o Diretor-Geral ou seu substituto. As deliberações da Diretoria são adotadas por maioria de votos e registradas em ata. O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, é composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, observadas as condições de elegibilidade e vedações impostas na legislação e na regulação aplicável, com mandato de um ano, podendo ser reeleitos no máximo por 2 (duas) reconduções consecutivas. Os Conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral da CEB Participações S.A., que fixa a respectiva remuneração, observado os limites legais. As atribuições do Conselho Fiscal encontram-se fixadas na Lei das Sociedades Anônimas e na legislação aplicável. No ano de 2024, foram realizadas 12 (doze) reuniões do Conselho Fiscal na sede da Empresa, tendo como principal agenda, as aprovações dos balançamentos trimestrais e do balanço do final do exercício. Além disso, a CEB Participações S.A. indica os assentos da Diretoria Administrativo-Financeira e do Conselho Deliberativo do Consórcio Cemig-CEB. O Conselho Deliberativo do Consórcio Cemig-CEB, possui dois conselheiros titulares e dois conselheiros suplentes, à CEB Participações S.A. indica dois membros, sendo um titular e outro suplente. Os demais membros são indicados pela Cemig Geração e Transmissão S.A. O Conselho delibera sobre demandas de interesse do Consórcio, conforme previsto no seu Contrato de Constituição. A CEB Participações S.A. tem assento também no Conselho Administrativo de Corumbá Concessões S.A., como membro efetivo indicado pela Companhia Energética de Brasília CEB - Holding.

## 4. NOSSOS NEGÓCIOS

**ii) Consórcio Cemig-CEB:** A Companhia Energética de Brasília - CEB celebrou Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para exploração de Aproveitamento Hidrelétrico e Sistema de Transmissão Associado, CC nº 06/97, na condição de Produtor Independente, no âmbito do Consórcio Cemig - CEB, em 18 de dezembro de 1997. Após a desverticalização ocorrida em 2004, a CEB passou o ativo à CEB Participações S.A, cabendo hoje à mesma 17,5% dos ativos da UHE Queimado. A CEB Participações S.A. compartilha a gestão do empreendimento, sendo responsável pela Diretoria Administrativo-Financeira do Consórcio, enquanto a Cemig Geração e Transmissão S.A. responde pela Diretoria de Operação e Manutenção da Usina, que também inclui a supervisão das atividades de meio ambiente. No exercício de 2021 teve consolidada demanda com relação Repactuação do Risco envolvendo as usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Relação de Energia - MRE. Assim, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.932 de 14 de setembro de 2021, obteve a extensão da outorga da concessão do uso do bem público da UHE Queimado por mais 556 dias, que passa a encerrar em 27 de junho de 2034. Até 2022, a garantia física da UHE Queimado era de 67,90 MW médios, como definido pela Portaria nº 178 do MME de 3 de maio de 2017, sendo que esta garantia física foi reduzida para 64,06 MW médios, conforme Portaria GM/MME nº 704 da Gerência de Mercado do Ministério das Minas e Energia, publicada em 10 de novembro de 2022, através da revisão ordinária da Usina. Em 2024, 86% de todas as Receitas geradas pela CEB Participações S.A. dependeram da energia gerada pela Usina de Queimado, que produz a energia em que a CEB Participações se beneficia e comercializa, conforme sua cota parte no negócio. A forma de comercialização está descrita no (ITEM 7) deste relatório. **ii) Corumbá Concessões S.A.:** A Companhia Corumbá Concessões S.A. foi fundada em 6 de setembro de 2000 com o objetivo de construir o empreendimento hidrelétrico de Corumbá IV, localizado em Luziânia (GO, e atua

na geração de energia elétrica como produtora independente, com potência instalada de 129,6 megawatts de energia não poluente e renovável. O empreendimento possui características de uso múltiplo e destina a produção de energia elétrica da UHE Corumbá IV ao Distrito Federal. Os investimentos em Corumbá são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Na prática, a empresa se beneficia da investida sempre que o resultado for positivo através dos recebimentos de dividendos. Atualmente, a CEB Participações S.A. possui participação de 1.5355% no total de ações da investida, totalizando 13.445.342 ações, sendo 6.802.842 de Ações Ordinárias e 6.642.500 Ações Preferenciais Nominativas da Classe "A". O quadro societário de Corumbá Concessões S.A., é demonstrado a seguir:

EMPRESA	ACOES (ON)	ACOES (PN)	ACOES PN (B)	TOTAL	%
SERVENG	157.455.805	261.401.094	—	418.856.899	47,83%
CEB HOLDING	81.595.364	203.199.943	—	284.795.307	32,52%
TERRACAP	25.000.000	74.999.999	—	99.999.999	11,42%
CAESB	12.500.000	37.500.000	—	50.000.000	5,71%
CEBPAP	6.802.842	6.642.500	—	13.445.342	1,54%
CEBPAP Ltda.	8.551.713	—	—	8.551.713	0,98%
<b>TOTAL</b>	<b>291.905.724</b>	<b>322.342.442</b>	<b>261.401.094</b>	<b>875.649.260</b>	<b>100,00%</b>

**Outros Negócios:** Além dos contratos de comercialização de energia elétrica, provenientes da UHE Queimado, a CEB Participações S.A. obtém receitas adicionais provenientes da prestação de serviços administrativos, jurídico, financeiro e contábil ao Consórcio Cemig-CEB; da participação acionária na Companhia Corumbá Concessões e das aplicações financeiras no Banco de Brasília S.A. e Banco Bradesco S.A., atualmente remuneradas variando entre 102% e 105% do CDI.

## 5. NOVOS NEGÓCIOS

**i) Constituição de Geração Distribuída de Energia Fotovoltaica - Consórcio CEBPar - Terracap:** A geração distribuída (GD) é um modelo inovador de produção de energia elétrica que permite a instalação de sistemas geradores próximos ou no próprio local de consumo, como residências, empresas e propriedades rurais. Essa abordagem oferece diversos benefícios, como a redução de perdas na transmissão, o uso de fontes de energia renováveis e a maior autonomia dos consumidores. Nesse contexto, a CEB Participações S.A., em parceria com a Terracap, está criando o Consórcio CEBPar - Terracap. O objetivo principal é desenvolver um projeto para a implantação de uma usina de geração distribuída de energia fotovoltaica. Essa iniciativa representa um marco importante no aproveitamento do potencial solar do Distrito Federal, além de contribuir para a sustentabilidade e a segurança energética da região. A geração distribuída a ser desenvolvida está em consonância com as diretrizes da Política Distrital de Incentivo à Geração e ao Aproveitamento de Energia Solar, Eólica e de Biomassa e à Cogeração estabelecidos pela Lei Distrital n. 6.274, de 2019. O Consórcio CEBPar - Terracap tem como objeto a união de esforços para a realização conjunta de atividades voltadas para a concepção, projeto, financiamento, construção, operação, manutenção e gestão de usina de geração distribuída de energia solar fotovoltaica com capacidade de produção de 3MW. Cada consorciada terá participação de 50% no negócio, compartilhando igualmente direitos, responsabilidades e deveres do consórcio, abrangendo, custos, despesas, gastos, garantias, prêmios de seguros e investimentos necessários para a execução conjunta da Usina GD. A Usina será construída em uma área de 13,2 hectares, abrangendo os Lotes A e B da QN 02 do Setor Habitacional Catetinho, na DF-001, a 300 metros do Balão do Gama, Núcleo Bandeirante, Brasília, Distrito Federal. Os terrenos, registrados sob a matrícula nº R.1/1.611 no Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, são parte do patrimônio da Terracap. **ii) Constituição de Geração Compartilhada de Energia Fotovoltaica - Consórcio CEBPar, Terracap e Supremo Tribunal Federal:** O Consórcio CEBPar - Terracap descrito no item i), foi estabelecido com o objetivo de gerar energia limpa e renovável, aproveitando os créditos de energia resultantes para beneficiar as instalações e serviços da CEB Participações S.A. e da Terracap. A energia gerada pelo Consórcio CEBPar - Terracap será consumida da seguinte forma: • CEB Participações S.A.: 5,7% para consumo próprio. • Terracap: 7,3% para consumo próprio. • Supremo Tribunal Federal (STF): 87%, com a responsabilidade de arcar com as despesas correntes de operação e manutenção da Usina Fotovoltaica de Geração Distribuída. Essa parceria estratégica entre as empresas do Governo do Distrito Federal (GDF) e o STF demonstra um forte compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade compartilhada na produção e no consumo de energia limpa e renovável. **iii) Iluminação Pública e "Cidades Inteligentes":** Outro novo negócio vem alinhado com a política de tecnologia, mais voltado à Iluminação Pública e "Cidades Inteligentes". A CEB Participações conforme item 2º da sua Lei de criação onde é explicitado: "Art. 2º A CEBPar tem como finalidade comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira da participação, vedada a participação em entidades sem fins lucrativos." Nesse propósito, considerando que a CEB Participações, em parceria com a CEB Lajeado desenvolve o projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado "Desenvolvimento de um Framework para Cidades Inteligentes através de Smart Meters modulares integrados às Redes de Iluminação Pública utilizando a Tecnologia 5G" e que esse projeto já tem como resultado o desenvolvimento de cinco produtos a saber: • Software de supervisão e controle; • unidade de SCS - Controle, Comando, Supervisão e Comunicação de luminosidade; • unidade de CCSC de luminosidade agregada com medição de grandezas de ambiente; • unidade de CCSC de luminosidade agregada com captura e controle de imagens; • quadro de proteção comando e controle com unidade inteligente para interface com sistema de telegestão de Iluminação Pública. Considerando que esses produtos e as perspectivas de desenvolvimento de novos produtos focados na implantação de projetos dedicados a "Cidades Inteligentes" apresentam grande potencial de gerar receitas significativas para Empresa. Assim, a CEB Participações diante da oportunidade de negócio e em linha com o objeto da sua lei de criação, uma vez que se trata de investimento em empresa de tecnologia e transmissão de dados, estado a viabilidade, em conjunto com os técnicos desenvolvedores dos produtos do projeto de Pesquisa e Desenvolvimento, de criação de uma subsidiária com participação majoritária da CEB Participação nos moldes de uma Start-Up para fabricação e comercialização dos produtos acima descritos. Portanto, a administração da CEB Participação está elaborando Plano de Negócio específico do empreendimento para submeter à apreciação do seu controlador Companhia Energética de Brasília - CEB.

## 6. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 2024, o setor elétrico brasileiro experimentou transformações significativas, impulsionadas principalmente pela expansão das fontes de energia renovável. O Brasil alcançou uma capacidade instalada superior a 244 GW, com destaque para o crescimento das energias solar e eólica. Este avanço foi fundamental para atender à crescente demanda energética e posicionar o país como um líder global em energia limpa. A energia hidráulica, embora ainda predominante, viu sua participação relativa diminuir em favor das renováveis. O ano também foi marcado por eventos significativos de curto prazo, em cerca de 12.713 GWh de energia solar e eólica cortadas do sistema. As regiões do Rio Grande do Norte e Ceará foram particularmente afetadas, devido a restrições na capacidade de transmissão. Esses desafios destacaram a necessidade urgente de melhorias na infraestrutura de transmissão para suportar a intermitência das fontes renováveis e garantir a estabilidade do sistema elétrico. O mercado livre de energia continuou a expandir-se em 2024, atingindo 39% do consumo nacional. Este crescimento foi facilitado pela abertura do mercado, permitindo que consumidores de alta tensão migrassem para o Ambiente de Contratação Livre (ACL). Esta mudança não apenas aumentou a competitividade, mas também ofereceu aos consumidores mais opções e flexibilidade na gestão de seus contratos de energia. Em termos de tarifas, o reajuste médio foi de 5,9% no ano, impulsionado por custos associados à distribuição, à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e a outros encargos setoriais. A introdução do Encargo de Capacidade (ERCAP) também influenciou os custos, refletindo a necessidade contínua de investimentos na infraestrutura do setor para garantir a confiabilidade e a eficiência operacional. No campo da tecnologia, a implementação do modelo Newave Híbrido começou a ser adotado, prometendo otimizar a operação do sistema elétrico e permitir economias de até 10% em cenários hidrológicos críticos. Esta inovação representa um avanço significativo para enfrentar crises hídricas e melhorar o planejamento energético no Brasil, destacando o compromisso do setor com a inovação e a eficiência. Regulamentações e leilões desempenharam papéis cruciais em 2024. O Decreto nº 12.153/2024 focou na modernização das concessões de distribuição de energia, estabelecendo diretrizes claras para a renovação e operação eficiente. Além disso, o Leilão de Transmissão nº 01/2024 negociou investimentos de R\$ 18,2 bilhões, visando aumentar a capacidade de escoamento e atender à demanda crescente por energia. Para a CEB Participações, 2024 foi um ano de resultados sólidos no Mercado de Curto Prazo (MCP), beneficiando-se da volatilidade do Preço de

Liquidação das Diferenças (PLD), que fechou o ano com um valor médio de R\$ 126/MWh. A empresa conseguiu ajustar suas operações às condições de mercado, maximizando receitas em períodos de alta demanda e reforçando sua posição financeira. Em termos de geração, a CEB Participações expandiu sua capacidade operacional, contribuindo significativamente para o aumento da oferta no mercado. Olhando para 2025, as perspectivas são promissoras. Espera-se a continuidade da expansão das energias renováveis, com mais de 10 GW de nova capacidade prevista para entrar em operação. O Leilão de Capacidade, programado para junho de 2025, deverá aumentar ainda mais a confiabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN). As mudanças regulatórias previstas devem fomentar a ampliação do mercado livre e a busca por fontes alternativas de energia, como o biometano, criando um cenário favorável para a CEB Participações.

## 7. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

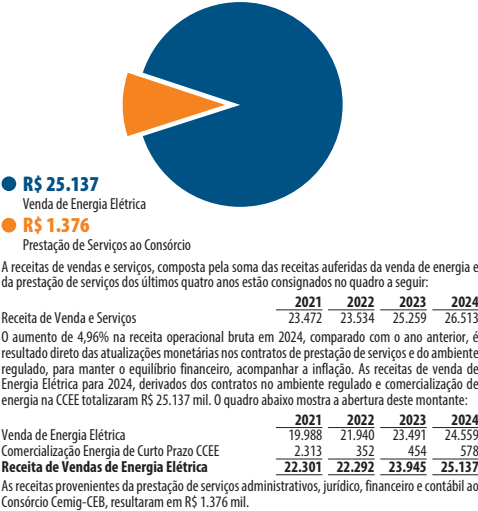
Toda energia produzida na UHE Queimado referente à quota parte da CEB Participações S.A. é comercializada no ambiente regulado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, por meio de leilão, onde as compradoras são as distribuidoras de energia. A Empresa participou do 1º Leilão de Energia Elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da CCEE, realizado em dezembro de 2005, com período de suprimento compreendido entre 2008 e 2037. Na ocasião foram formalizados 31 (trinta e um) contratos ativos de comercialização de energia no ambiente regulado. Como produtor independente, participante do Sistema Interligado Nacional e do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, a energia não contratada é transacionada no Mercado de Curto Prazo - MCP. A Energia comercializada nesse ano pela CEB Participações S.A. no Ambiente de Contratação Regulada está discriminada no quadro a seguir, comparada aos valores apresentados nos exercícios anteriores:

Semestres	Montante (MW)		Montante (MW)	
	2021	2022	2023	2024
1º Semestre	9,138	9,141	9,231	9,031
2º Semestre	8,864	8,861	8,772	8,975

## 8. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**i) Receitas:** A receita manteve continuidade dos contratos de venda de energia gerada pela UHE Queimado, que representou a principal fonte de recursos da Empresa, complementada pela receita de venda de energia no MCP, prestação de serviços administrativos ao Consórcio Cemig-CEB, pelos resultados da participação acionária na Companhia Corumbá Concessões S.A. e aplicações financeiras.

## COMPOSIÇÃO DA RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS



	2021	2022	2023	2024
Receita de Venda e Serviços	23.472	23.534	25.259	26.513
O aumento de 4,96% na receita operacional bruta em 2024, comparado com o ano anterior, é resultado direto das atualizações monetárias nos contratos de prestação de serviços e do ambiente regulado, para manter o equilíbrio financeiro, acompanhar a inflação. As receitas de venda de Energia Elétrica para 2024, derivadas dos contratos no ambiente regulado e comercialização de energia na CCEE totalizaram R\$ 25.137 mil. O quadro abaixo mostra a abertura deste montante:	2021	2022	2023	2024
Venda de Energia Elétrica	19.988	21.940	23.491	24.559
Comercialização de Energia de Curto Prazo CCEE	2.313	352	454	578
<b>Receita de Vendas de Energia Elétrica</b>	<b>22.301</b>	<b>22.292</b>	<b>23.945</b>	<b>25.137</b>

As receitas provenientes da prestação de serviços administrativos, jurídico, financeiro e contábil ao Consórcio Cemig-CEB, resultaram em R\$ 1.376 mil.

	2021	2022	2023	2024
Prestação de Serviços ao Consórcio	1.171	1.242	1.314	1.376

A participação acionária na investida Companhia Corumbá Concessões S.A., mensurada pelo Método de Equivalência Patrimonial, também foi positivo no ano totalizando R\$ 2.214 mil. Isso se deve pelo poder de recuperação econômico e financeiro de Corumbá. A tendência é que para os próximos anos mantenha os bons resultados, principalmente pela quitação das debentures em dezembro de 2022, fator que impactava fortemente o resultado de Corumbá.

	2021	2022	2023	2024
Equivalência Patrimonial	1.258	1.877	1.996	2.214

Conforme determino o estatuto de Corumbá Concessões S.A., Capítulo VIII, que trata das Reservas de Lucros e Dividendos, dispõem o pagamento mínimo obrigatório equivalente a 10% (dez por cento) do lucro líquido dos exercícios aos acionistas da empresa, com a melhoria financeira de Corumbá, a partir de 2020, a empresa começou a pagar dividendos adicionais a cota de reserva lucros a realizar. Em 2023 e 2024, a empresa pagou Juros sobre capital próprio, conforme montantes descritos no quadro abaixo:

	2021	2022	2023	2024
Dividendos Recebidos	765	1.052	2.286	2.125
Juros sobre Capital Próprio	—	—	360	325
<b>765</b>	<b>1.052</b>	<b>2.646</b>	<b>2.450</b>	

	2021	2022	2023	2024
Rendimento de Aplicações Financeiras	613	2.537	1.965	1.920
Juros sobre Capital Próprio Bruto	—	—	423	382
Outras Receitas Financeiras	316	34	49	28
<b>Recargas Financeiras</b>	<b>929</b>	<b>2.571</b>	<b>2.437</b>	<b>2.330</b>

Com relação aos efeitos financeiros e econômicos do déficit anual nas operações de energia no MCP, estes foram mitigados, em parte, pela repactuação do risco hidrológico celebrado no final de 2015 e pela estratégia operada pela Empresa durante o ano. **ii) Despesas:** A Energia de Curto Prazo são gastos com aquisição de energia necessários para cobrir a exposição no Mercado de Curto Prazo. Em 2023 e 2024, houve um aumento dessa despesa, motivada pelo cenário de escassez hídrica, principalmente no último trimestre do exercício.

	2021	2022	2023	2024
Energia de Curto Prazo	(22)	(34)	(144)	(121)

Com relação ao custo, as principais despesas realizadas durante o ano decorreram de obrigações e encargos setoriais, tais como, gastos com liquidações no MCP de energia elétrica conforme qua-

dro acima, despesas relacionadas a UHE Queimado, compensação financeira por uso de recursos hídricos, CUSD<sup>1</sup>, compensação financeira por uso do bem público, taxas destinadas à ANEEL<sup>2</sup>, CCEE<sup>3</sup>, despesas administrativas de pessoal, serviços, depreciação, amortização dentre outras.

	2021	2022	2023	2024
Despesas Relacionadas com UHE Queimado	(1.894)	(2.428)	(2.906)	(2.716)
Compensação Financeira pelo uso de Recursos Hídricos	(300)	(324)	(358)	(481)
Custo do Uso do Sistema	(1.692)	(1.649)	(1.623)	(1.745)
Taxa de Fiscalização ANEEL e UBP	(224)	(255)	(273)	(272)
Contribuição Compulsória CCEE	(9)	(8)	(9)	(10)
Pessoal e Encargos	(1.341)	(1.391)	(2.668)	(3.010)
Serviços de Terceiros Fornecedores	(588)	(950)	(1.115)	(807)
Depreciação	(767)	(770)	(771)	(808)
Amortização	(63)	(429)	(427)	(427)

Pessoal e Encargos: • **Diretor:** Até dezembro de 2022, a CEB Participações compartilhava um diretor com a CEB Lajeado. Isso significa que não havia custos com essa remuneração na época. A partir de 2023, a empresa passou a ter um diretor próprio, o que resultou no aumento da rubrica. • **Funcionários Cedidos:** Em 2023, a CEB Participações também recebeu dois funcionários cedidos pela CEB Holding. As remunerações desses funcionários também contribuíram para o aumento da rubrica. De forma geral, o bom resultado alcançado pela CEB Participações S.A. em 2024, decorreu da comercialização dos contratos de energia elétrica, do controle rígido das despesas operacionais e da priorização de investimentos relevantes ao bom andamento do negócio. Para os próximos anos tem-se a expectativa de melhoria do ciclo hidrológico que somada aos ajustes regulatórios contribuirá para um melhor resultado e consequentemente melhoras nos indicadores empresariais. Há ainda a expectativa de continuidade de resultados positivos relativos a Corumbá, impactando positivamente o resultado da CEB Participações S.A. Em suma o quadro abaixo reflete a evolução das Receitas, EBITDA, Lucro Líquido e Patrimônio Líquido, dessa forma, ao final do exercício de 2024, foi apurado um lucro de R\$ 17.304 mil.

	2021	2022	2023	2024
Receita Operacional Bruta	23.472	23.534	25.259	26.513
Receita Operacional Líquida	21.823	21.824	23.396	24.475
Resultado Antes dos Tributos	17.304	23.330	18.057	18.996
EBITDA	17.228	21.954	16.842	17.924
Lucro Líquido	16.198	21.658	16.372	17.304

A variação ocorrida em 2022 foi impulsionada pela recuperação de despesas relacionadas à repactuação do risco hidrológico, conforme a Lei nº 14.052/2020 e a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.932, de 14 de setembro de 2021. Essa repactuação resultou na extensão da outorga da UHE Queimado por 556 dias, aumentando o valor dos negócios da CEB Participações, que poderá comercializar sua cota-parte da energia gerada pela usina por esse período adicional. O montante estimado de recuperação foi de R\$ 4.703 mil, impactando positivamente o resultado econômico da empresa em 2022, sem, contudo, gerar reflexos financeiros diretos. O quadro a seguir demonstra o resultado líquido ocorrido em 2022, sem a repactuação:

	2021	2022	2023	2024
Lucro Líquido do Exercício	16.198	21.658	16.372	17.304
Efeito Repactuação Lei 14.052/20*	—	(4.329)	—	—
<b>Lucro sem Repactuação</b>	<b>16.198</b>	<b>17.329</b>	<b>16.372</b>	<b>17.304</b>

Efeito Repactuação Lei 14.052/20\* - Valor líquido entre a Repactuação menos (-) a Amortização acumulada, R\$4.703 mil e (-) R\$374 mil respectivamente. Importante frisar que, a repactuação é um fator econômico, ou seja, não houve recebimento de recursos financeiros.

## 9. RECURSOS HUMANOS

Quadro de Pessoal	2021	2022	2023	2024
<b>COLABORADORES</b>				
Diretores sem vínculo efetivo	3	3	3	3
Requisitados da CEB Holding	—	—	2	1
Conselheiros sem vínculo efetivo	3	3	3	3
Emprego em Comissão*	3	4	4	11
Terceirizados*	4	4	4	2
<b>Total (Força de Trabalho)</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>16</b>	<b>20</b>

Em 2024, foram contratados sete novos empregados em comissão, seis deles alocados à Controladora CEB Holding, conforme acordo de compartilhamento de recursos, para desenvolvimento dos projetos de Geração Centralizada - GC de energia fotovoltaica. Os custos desses colaboradores serão integralmente subsidiados pela Holding até a conclusão dos projetos, quando então as despesas com pessoal retornarão à folha da CEB Par. Há também um colaborador afastado por Auxílio Doença desde 2014. Terceirizados\* - Empresa JDR, contratada para prestação de serviços administrativos, financeiros e contábil.

## 10. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E CONSELHO FISCAL

Conforme disposto no Estatuto da Companhia Seção II Art.10: A Diretoria é o órgão executivo da administração e será composta por um Diretor-Geral e dois Diretores, sendo um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico. O cargo de Diretor-Geral é exercido pelo Diretor-Presidente da CEB Holding, conforme previsão estatutária, sem acumulação de vencimentos. Diante da opção do recebimento da remuneração pela Presidência da CEB, a CEB Participações atualmente não tem ônus com proventos do Diretor Geral. A remuneração fixada aos Administradores e membros do Conselho Fiscal é composta por honorários mensais e foram definidos pela 24ª Assembleia Geral Ordinária do Acionista único da CEB Participações S.A., realizada em 30 de abril de 2024. Em consonância com as disposições estatutárias, a Assembleia deliberou por fixar a remuneração dos administradores da CEB Participações S.A. conforme segue: a) Fixar a remuneração do Diretor-Geral em 95% (noventa e cinco por cento) da remuneração básica do Diretor-Presidente da CEB. b) Fixar a remuneração da Diretoria Administrativo-Financeira e da Diretoria Técnica em 90% (noventa por cento) da remuneração básica do Diretor-Presidente da CEB, observando as disposições do Estatuto Social. c) Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal em 15% da média salarial pagas aos Diretores da CEB Participações, não computados benefícios e verbas de representação. **Remuneração dos Administradores: Diretor Geral:** R\$ 41.333,17 (quarenta e um mil trezentos e trinta e três reais e dezesseis centavos). **Demais Diretores:** R\$ 39.157,74 (trinta e nove mil cento e cinquenta e sete reais e setenta e quatro centavos). **Remuneração dos Conselheiros Fiscais: Conselho Fiscal:** R\$ 5.873,66 (cinco mil oitocentos e setenta e três reais e sessenta e seis centavos). Observa-se que, a Assembleia define os limites de gastos anuais com remuneração, encargos e benefícios com os Administradores (Diretoria) e Conselheiros Fiscais no montante de até R\$ 2.492.640,00 (dois milhões e quatrocentos e noventa e dois mil e seiscentos e quarenta reais) anuais.

## 11. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A CEB Participações S.A. adota um sistema de rodízio dos seus Auditores Independentes, atendendo à determinação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela Tatiana Auditores Independentes S.S, vencedora do último certame licitatório para a contratação dos serviços de auditoria independente.

## 12. AGRADECIMENTOS

A Administração da CEB Participações S.A. agradece seus clientes, fornecedores e o elevado grau de comprometimento de seus colaboradores, bem como a confiança e o apoio dispensado pelo seu ac



CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do Período	17.304	16.372
Outros Resultados Abrangentes		
Total dos Resultados Abrangentes	17.304	16.372

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
	31/12/2024	31/12/2023
1 - Receitas		
Venda de Energia Elétrica	25.137	23.945
Prestação de Serviços	1.376	1.314
	26.513	25.259

2 - Insumos Adquiridos de Terceiros		
Serviços de Terceiros	(3.522)	(4.021)
Taxa de Fiscalização ANEL	(76)	(70)
Operações com Energia elétrica	(121)	(144)
Reparação do risco hidrológico Lei 13.203/15	(76)	(76)
Custo pelo Uso do Sistema de Transmissão	(1.745)	(1.623)
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos	(481)	(358)
Outras Despesas	(487)	(221)
	(6.508)	(6.513)
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	20.005	18.746
4 - Depreciação, Amortização e Exaustão		
Depreciação	(808)	(771)
Amortização	(427)	(427)
	(1.235)	(1.198)
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido (3-4)	18.770	17.548
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas Financeiras	2.330	2.437
Equivalência Patrimonial	2.214	1.996
	4.544	4.433
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	23.314	21.981

		70		70
Pessoal e Encargos	3.010	12,9%	2.668	12,1%
Despesas Financeiras	23	0,1%	24	0,1%
Impostos, Taxas e Contribuições	2.977	12,8%	2.917	13,3%
Resultado do período	17.304	74,2%	16.372	74,5%
<b>8 - Valor Adicionado total Distribuído</b>	<b>23.314</b>		<b>21.981</b>	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

**1.1. Objetivo Social:** A CEB Participações S. A. ("CEBPar") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Energética de Brasília - CEB. Foi constituída em 26 de janeiro de 2000 e autorizada a funcionar através da Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997. Tem sua sede social localizada na cidade de Brasília-DF. A CEBPar tem como objeto social comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira, vedada a participação em entidades sem fins lucrativos. Atualmente, a CEBPar participa da empresa Curbumbá Concessões, S.A., com 1,5355% de seu capital (Nota 7.3) e no Consórcio Cemig-CEB, que é responsável pela Usina Hidroelétrica de Queimado - UHE Queimado, com 17,5% (Nota 1.3). **1.2. Concessão:** O contrato de concessão nº 06/97, foi firmado em 18 de dezembro de 1997, com a União e o Consórcio Cemig - CEB ("Consórcio"), para exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Preto, entre os Municípios de Unai, no Estado de Minas Gerais, e Cristalina, no Estado de Goiás, denominado UHE Queimado, com potência mínima instalada de 105 MW, bem como do respectivo Sistema de Transmissão Associado, que inclui uma linha de transmissão de cerca de 40 km, conectada na tensão de 138 kV, na subestação Unai 3, de propriedade da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig. O prazo de Concessão de aproveitamento hidrelétrico inicialmente de 35 (trinta e cinco) anos, contado a partir de 1997, prorrogável a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento prévio das Concessionárias partes do Consórcio, com antecedência de 36 (trinta e seis) meses do seu término. Conforme Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021, ampliou-se o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realização de Energia - MRE, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, assim, a Usina de UHE - Queimado, aumentou a extensão do prazo de concessão em 556 dias, desta forma, a vigência da concessão passa a ser até 27 de junho de 2034 (vide nota explicativa 6b). Ao final da concessão, todos os bens e instalações vinculados ao Aproveitamento Hidrelétrico e ao Sistema de Transmissão Associado passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização aos Concessionários dos investimentos ainda não amortizados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente. A energia elétrica gerada pela UHE Queimado é para uso exclusivo das partes concessionárias, na condição de produtores independentes, na proporção da sua participação na formação do Consórcio Cemig-CEB como segue:

	Participação
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	82,50%
Companhia Energética de Brasília - CEB	17,50%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>

**1.3. Consórcio Cemig - CEB:** A Cemig e a CEB constituíram em 1997 o Consórcio Cemig - CEB, através do Contrato de Constituição do Consórcio, cujo objeto é a exploração compartilhada de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Queimado e Sistema de Transmissão Associado (UHE Queimado), hoje UHE Queimado, nos termos do Contrato de Concessão nº 06/97, e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Cemig é considerada Líder do Consórcio, sendo responsável perante a ANEEL pelo cumprimento das obrigações descritas do Contrato de Concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária da CEBPar. A participação de cada Consorciada segue a proporção definida no Contrato de Concessão. Dessa forma, as alterações realizadas no Contrato de concessão através dos 1º e 2º aditivos também foram refletidas no Consórcio Cemig - CEB, composto atualmente por Cemig Geradora e Transmissão S.A. e CEB Participações S.A. A Administração do Consórcio é exercida de forma compartilhada entre as Consorciadas, através de duas Direções, uma Administrativa e Financeira, a cargo da CEB Participações, e outra de Operação, a cargo da Cemig Geradora e Transmissão, além de um Conselho Deliberativo. O Consórcio não tem personalidade jurídica nos termos do artigo 278 da Lei nº 6.404/76, sua constituição foi feita de acordo com o artigo 279 desta referida Lei, portanto, não gera receita de venda de energia. As despesas necessárias à operação e manutenção da usina são diretamente suportadas pelas Empresas Consorciadas, na medida em que tais recursos são necessários e na proporção de sua participação no Consórcio. Portanto, para o Consórcio liquidar seus passivos são necessários aportes de recursos das Consorciadas. De acordo com a Primeira Subcláusula da Cláusula Terceira do Contrato de Concessão nº 06/97 - ANEEL, a CEB Participações S.A. comercializa a energia produzida na sua cota-parte no ambiente regulado, sendo inserida atualmente no 1º Leilão para contratação da concessão e autorizações e para produção e compra de energia no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2037. Os contratos de venda de energia foram realizados em período superior ao da concessão, sendo que, conforme cláusula 4º, Item 4.4 de todos os contratos, caso a concessão não seja prorrogada em nome do Consórcio Cemig-CEB, as obrigações e os direitos dos contratos de venda de energia serão repassados à Entidade que assumir a concessão da UHE Queimado. A UHE Queimado encontra-se em operação desde abril de 2004, com três turbinas, representando uma potência instalada de 105 MW. Até 2022, a garantia física da UHE Queimado era de 67,90 MW médios, como definido pela Portaria nº 178 do MME de 3 de maio de 2017, sendo que esta garantia física foi reduzida para 64,06 MW médios, conforme Portaria GM/ANEE nº 704 da Gerência de Mercado do Ministério das Minas e Energia, publicada em 10 de novembro de 2022, através da revisão ordinária da usina. No período final em 31 de dezembro de 2024 a UHE Queimado produziu 47,35 MW médios, ou seja, 74% da sua garantia física (36,95 MW médios gerados no mesmo período em 2023, 58% de sua antiga garantia física).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

**2.1. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades Anônimas, incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A CEBPar adota o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, cujo plano de contas do setor elétrico está contido, bem como as normas e orientações da ANEEL. A Companhia elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC pelo método direto, nos termos da CPC 03 (R2). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o Caixa líquido das atividades operacionais na Nota Explicativa nº 23. A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado - DVA, nos termos da CPC 09, como parte integrante das demonstrações financeiras, em linha com as determinações dos seus autocustos. A CEBPar avaliou os eventos subsequentes até 7 de março de 2025, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria Colegiada da Companhia, e concluiu que não houve eventos que pudessem modificar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024. **2.2. Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, tendo ainda determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. **2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera e utiliza na preparação das demonstrações financeiras intermediária é o Real (R\$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado. **2.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis em relação aos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultam raramente exatidão aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revê as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **ii) Redução do valor recuperável de ativos:** Ativos financeiros (Aplicações financeiras e contas a receber). São avaliados quanto à sua recuperabilidade periodicamente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reco-

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO		
	31/12/2024	31/12/2023
Atividades Operacionais		
Entradas:		
Recebimento pela Venda de Energia Elétrica	24.419	23.409
Recebimento pela Prestação de Serviços	1.286	1.228
Recebimento de Juros sobre Aplicação Financeira	1.920	1.965
Venda Energia - MCP	489	361
Recebimento de dividendos	2.126	2.285
Recebimento de Juros e Encargos	5	9
Outros Recebimentos	—	140
	30.245	29.397

Saídas:		
Operações com Energia Elétrica	(1.603)	(1.758)
Fornecedores de Materiais e Serviços	(3.777)	(4.063)
Salários, Remuneração e Encargos	(3.251)	(2.564)
Compensação de Recursos Hídricos	(425)	(372)
Pagamento de Tributos	(2.688)	(2.409)
Encargos Setoriais	(647)	(436)
Outros	(1)	(1)
	(12.392)	(11.603)
	17.853	17.794

Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		
Atividades de Investimento		
Entradas/Saídas:		
Aquisição de imobilizado	(1.821)	(24)
Juros Sobre Capital Próprio	325	360
	(1.496)	336
Caixa líquido Gerado nas Atividades de Investimento		

Atividades de Financiamentos		
Entradas:		
Pagamento de dividendos	(14.377)	(15.451)
	(14.377)	(15.451)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos		

Aumento (Redução) do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.980	2.679
Demonstração da variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	19.878	15.200
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	17.853	17.794
	1.980	2.679

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

nhcimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativo não financeiro:** O saldo de imobilizado, intangível e outros ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis nesses ativos. **ii) Valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **iii) Amortização de ativos tangíveis e intangíveis:** A amortização é reconhecida no resultado baseado-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequada (Nota 8 e 9). **iv) Energia a ser liquidada no âmbito da CCEE:** A Companhia avalia ao final de cada período de reporte o ser líquido estimado pela sua área técnica das liquidações ativas e passivas baseadas nas informações disponíveis no mercado até o encerramento das suas demonstrações financeiras. Os valores de liquidação dos ativos e passivos relacionados podem ou não diferir os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2024, sendo que já foram considerados pela CCEE e encaminhados para a Entidade. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (Nota Explicativa 3). **2.6. Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios adotado pela Companhia na gestão dos seus ativos financeiros. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a CEB Participações se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **i) Custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreendem o saldo de Concessionária e Permissonárias (Nota explicativa 4). **ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** A Companhia não apresenta instrumentos financeiros classificados nesta categoria. **iii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo do resultado:** Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo de caixa e bancos e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 3). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido. **iv) Deterioração de ativos financeiros:** A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados. No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável. **2.7. Concessionárias e Permissonárias:** O valor incluído nesta conta representa a venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, além dos valores a serem liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota Explicativa 4). **2.8. Investimentos: i) Investimentos em coligadas:** As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa na Administração, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder de voto da outra entidade. Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia estão líquidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. **ii) Operações controladas em conjunto:** Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controle em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais. Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. **iii) Consórcio - UHE Queimado:** A Companhia registra a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio de acordo com a "correspondente participação devida no consórcio, uma vez que estes investimentos são considerados "joint operations", de acordo com os requerimentos do IAS 11. **2.9. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar de forma adequada; e custos de empréstimos e financiamento sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em Consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. As principais taxas de depreciação dos bens do Ativo Imobilizado estão demonstradas na (Nota explicativa 8). **2.10. Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida, aquisição ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota 9). **2.11. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros podem ser classificados como Custo amortizado ou Valor justo por meio do resultado. A Companhia possui somente passivos financeiros classificados como Custo Amortizado, sendo reconhecidos inicialmente na data de

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros a realizar	Dividendos Adicionais Propostos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/Prejuízos Acumulados
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	21.270	4.254	—	10.829	—	36.302
Operações com acionistas:						
Distribuição de dividendos	—	—	—	(4.622)	—	(4.622)
Lucro Líquido do Período	—	—	—	—	—	16.372
Reserva de lucros a realizar	—	—	6.207	(6.207)	—	—
Dividendos declarados 2023	—	—	—	8.186	—	(8.186)
Dividendos adicionais propostos 2023	—	—	—	—	—	(8.186)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	21.270	4.254	6.207	8.186	(51)	39.866
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros a realizar	Dividendos Adicionais Propostos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/Prejuízos Acumulados
	21.270	4.254	6.207	8.186	(51)	39.866
Operações com acionistas:						
Distribuição de dividendos	—	—	—	(6.190)	—	(6.190)
Lucro Líquido do Período	—	—	—	—	—	17.304
Reserva de lucros a realizar	—	—	1.996	(1.996)	—	—
Dividendos declarados 2024	—	—	—	8.652	—	(8.652)
Dividendos adicionais propostos 2024	—	—	—	—	—	(8.652)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	21.270	4.254	8.203	8.652	(51)	42.328

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento e baixados quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os passivos financeiros classificados como Custo Amortizado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores (Nota 10), Impostos e contribuições sociais (Nota 11), Pesquisa e desenvolvimento (Nota 12) e demais obrigações (Nota 13). **2.12. Contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.13. Impostos e contribuições sociais:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são apurados de acordo com a legislação tributária vigente. A Companhia optou pelo regime de tributação do Lucro Presumido no exercício de 2024 e o imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações, as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. **2.14. Demais ativos e passivos:** Os outros ativos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. **2.15. Capital Social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo. **2.16. Reserva legal:** Constituída de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social realizado (Nota 14.2.a). **2.17. Reconhecimento da receita: i) Receita de comercialização de energia:** De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro. As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas específicas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. A receita pela venda da energia elétrica gerada pela Usina de Queimado, assim como os custos correspondentes decorrentes da geração da energia elétrica, é reconhecida pelo regime de competência, na proporção de sua participação como consorciada, sendo comercializada por meio de contratos bilaterais com comercializadores de energia elétrica. **ii) Receita em realização de prestação de serviços:** A receita proveniente da prestação de serviços administrativos e financeiros para o Consórcio Cemig-CEB é reconhecida de acordo com o período de realização dos serviços. **2.18. Normas e interpretações novas e revisadas:** No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. **2.18.1. Alterações às IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes:** As alterações às IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **2.18.2. Alterações às IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants:** As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da Companhia de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da Companhia na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). OIASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém, se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a Companhia divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a Companhia pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **2.18.3. Alteração à IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback":** As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à mensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um "leaseback" que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de "sale and leaseback" com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de "sale and leaseback" que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a IAS 8 a transações de "sale and leaseback" celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a Companhia aplicou a IFRS 16 pela primeira vez. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **2.19. CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas:** Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia no futuro. **2.19.1. Reforma IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras:** A IFRS 18 substitui a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversos das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 - Lucro por Ação. A IFRS 18 introduziu novas exigências para: apresentar características específicas e subtópicos definidos na demonstração do resultado; apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras; e melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **2.19.2. IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras:** A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. A Companhia pode apenas aplicar a IFRS 19 se, no final do período de relatório: • for uma subsidiária (isso inclui uma controladora intermediária); • não tiver responsabilidade pública; e • sua controladora final ou qualquer controladora intermediária prepare demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A subsidiária tem responsabilidade pública se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (uma bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, inclusive mercados locais e regionais); ou • detiver ativos em capacidade fiduciária para um grupo abrangente de estrangeiros como um dos seus principais negócios (por exemplo, bancos, associações de crédito, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos e bancos de investimento normalmente atendem este segundo





**23. RECONCILIAÇÃO DO LUCRO DO PERÍODO COM A GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL**

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro Líquido do período</b>	<b>17.304</b>	<b>16.372</b>
<b>Ajuste ao resultado do exercício</b>		
Depreciação/Amortização	1.235	1.198
Equivalência patrimonial	(2.214)	(1.996)
<b>Ajustes ao Resultado</b>	<b>16.325</b>	<b>15.574</b>
<b>Variação nos ativos e passivos</b>		
(Aumento) Redução de		
Concessionários e Permissórios	(132)	(96)
(Aumento) Redução de		
Reparação do Risco Hidrológico	76	75
Aumento (Redução) de Outros Créditos	1.045	2.020
Aumento (Redução) de Contas a Pagar	138	(91)
Aumento (Redução) de Salários e Encargos Sociais	69	33
Aumento (Redução) de		
Impostos e Contribuições Sociais	47	286
Aumento (Redução) de		
Pesquisa e Desenvolvimento	89	88
Aumento (Redução) de Provisões Contingenciais	5	3
Aumento (Redução) de Outras Obrigações	191	(98)
<b>Aumento (Reduções) de Ativos e Passivos</b>	<b>1.528</b>	<b>2.220</b>
<b>Caixa Líquido Gerado/(Consumido)</b>		
<b>pelas Atividades Operacionais</b>	<b>17.853</b>	<b>17.794</b>

**Outros assuntos Relevantes: Reforma Tributária no Brasil:** A Reforma Tributária Brasileira foi recentemente aprovada e promulgada em dezembro de 2023 no Congresso Nacional com um objetivo de simplificar os tributos sobre consumo, acabar com a cumulatividade e unificar a legislação dos novos tributos, sendo um dos pilares da reforma a simplificação e harmonização dos tributos existentes. A unificação de impostos federais, estaduais e municipais busca reduzir a burocracia, eliminando redundâncias e facilitando o cumprimento das obrigações fiscais. A mudança substitui 5 (cinco) tributos vigentes por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA dual) composto por: i) Imposto

sobre Bens e Serviços, o IBS, de gestão compartilhada entre estados e municípios; ii) Contribuição sobre Bens e Serviços, a CBS, de competência da União. Além disso, cria-se o Imposto Seletivo, IS, que não tem função arrecadatória, pretende desestimular o consumo de produtos e serviços que fazem mal à saúde e ao meio ambiente. Embora as alíquotas ainda não estejam completamente definidas, isso será feito por Lei Complementar. No entanto, de acordo com um estudo do Ministério da Fazenda, a alíquota padrão está estimada em 27%. O IBS e CBS devem ser regulamentados por Lei Complementar ainda em discussão no Congresso Nacional. Sendo assim, no ano de 2024, a Companhia não teve alterações efetivas na forma de apuração e cálculo dos tributos e ainda não é possível estimar os possíveis impactos nos resultados futuros da Companhia como resultado da Reforma Tributária. **Eventos subsequentes:** Constituição de Geração Distribuída de Energia Fotovoltaica: Em 19 de fevereiro de 2025, a CEB Participações S.A. firmou um acordo inovador com o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) para impulsionar a geração compartilhada de energia limpa no Distrito Federal, em conformidade com a Lei Distrital nº 6274/2019, que institui diretrizes para a Política Distrital de Incentivo à Geração e ao Aproveitamento de Energia Solar, Eólica e de Biomassa. O acordo visa a criação de uma usina de geração distribuída (GD) fotovoltaica, com capacidade de produção de 3MW, em uma área de 13,2 hectares. O objetivo principal é garantir que todos os participantes do consórcio tenham acesso à energia limpa e renovável, contribuindo para a sustentabilidade e a redução do impacto ambiental. O projeto da Unidade Fotovoltaica (UVF) requer um investimento inicial de R\$15.284.318,66 (quinze milhões e duzentos e oitenta e quatro mil e trezentos e dez reais e sessenta e seis centavos). Após a implementação, a usina terá custos anuais de R\$627.810,32 (seiscentos e vinte e sete mil e oitocentos e dez reais e trinta e dois centavos) e gerará uma receita anual de R\$4.330.581,99 (quatro milhões e trezentos e trinta mil e quinhentos e oitenta e um reais e noventa e nove centavos). A Taxa Interna de Retorno (TIR) projetada para este empreendimento é de 13,3% ao ano. A CEB Participações S.A. possui uma participação de 50% neste negócio. Suas fontes de receita serão diversificadas, incluindo: **Arrendamento da UVF:** A empresa receberá renda pelo arrendamento da unidade fotovoltaica. **Economia em custos de energia:** A produção de energia solar resultará em redução dos custos com eletricidade. **Prestação de serviços:** A CEB Participações S.A. fornecerá serviços de operação, manutenção e administração para o consórcio responsável pela UVF.

**DIRETORIA**

**Edison Antônio Costa B. Garcia**  
Diretor-Geral  
**Ana Paula Gehm Hof**  
Diretora Administrativo - Financeira

**Silas Barbosa de Amorim**  
Diretor - Técnico  
**João Wellich**  
Diretor Técnico - Interino

**CONSELHEIROS FISCAIS**

**Luciano Carvalho de Oliveira**

**Luiz Cláudio de Freitas**

**Jussara Soares de Oliveira**

**CONTADOR**

**Rodrigo de Carvalho Reis**  
CRC-DF 017.498

**CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar****RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Senhores Conselheiros e Diretores da CEB Participações S.A. - Brasília/DF

**Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Examinamos as demonstrações financeiras da CEB Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade

de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Caso concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 07 de março de 2025.

**Aderbal Alfonso Hoppe Sáez**  
Contador CRC-15C020036/0-8-T-SP

**TATICA Auditores Independentes S.S.**  
CRC 25P-03.22.67/0-1

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da CEB Participações S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2024, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Todas as peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O Colegiado tomou conhecimento do relatório da TATICA AUDITORES INDEPENDENTES S.S., emitido sem ênfases ou ressalvas em 7 de março de 2025. Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo da opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Participações S.A., a ser realizada no dia 28 de abril de 2025. O Conselho Fiscal verificou não existirem nos registros contábeis da Companhia, apresentados ao Colegiado, irregularidades apuradas no exame realizado, tendo por base a documentação apresentada e o Relatório de Opinião da auditoria independente, encontrando-se regular a situação dos dirigentes responsáveis perante os cofres da Companhia, até a presente data. Registra-se, ainda, parecer favorável deste Conselho sobre a proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2024, nos termos da Resolução de Diretoria nº 005, de 11 de março de 2025. Brasília-DF, 13 de março de 2025.

**LUIZ CLAUDIO DE FREITAS**

**LUCIANO CARVALHO DE OLIVEIRA**

**JUSSARA SOARES DE OLIVEIRA**

